

Assembléia volta a adiar votação do plebiscito

De nada adiantou a presença das comunidades da Grande Vitória nas galerias da Assembléia Legislativa. O projeto de decreto legislativo que autoriza a realização do plebiscito para a criação da Região Metropolitana de Vitória teve sua votação novamente obstruída ontem em plenário, dessa vez pelos deputados José Carlos Gratz, Cabo Camata e Luciano Cortêz. A matéria volta a ser incluída na pauta da sessão de hoje, já que a Mesa-Diretora, utilizando um artifício regimental, encaminhou o projeto para a Comissão de Justiça, cujo parecer, pela sua constitucionalidade, será publicado na edição de hoje do Diário do Legislativo.

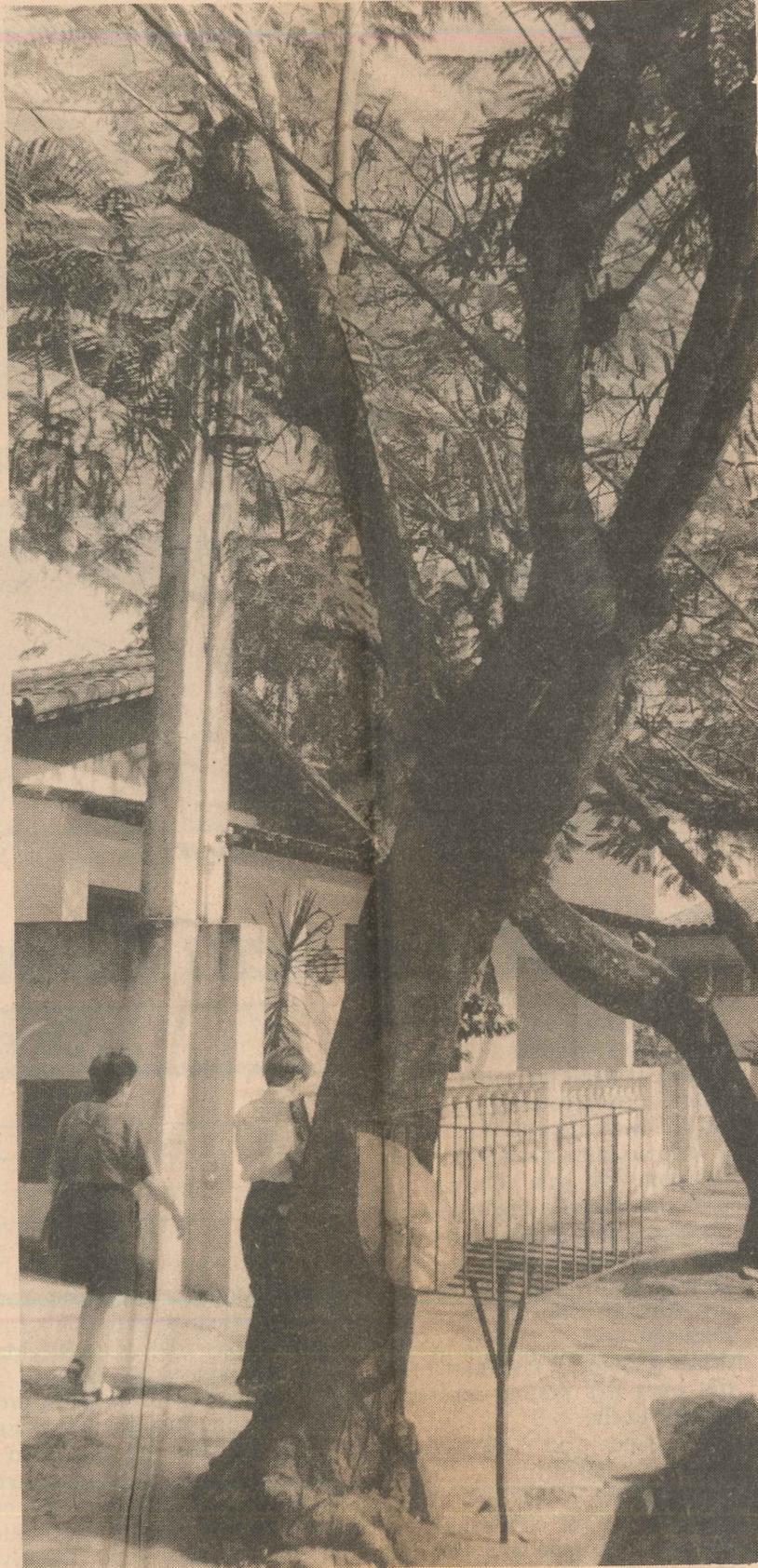
Ontem, o presidente da Assembléia, deputado Valci Ferreira, informou que o envio do projeto à Constituição de Justiça foi o recurso regimental encontrado para agilizar a tramitação da matéria. Com a sua publicação hoje no Diário do Legislativo, Valci explicou que poderá, a qualquer momento, incluir o projeto de decreto legislativo na pauta dos trabalhos, mesmo que seja necessária a convocação de sessões extraordinárias para permitir a sua votação final.

Sem conversa

Os deputados Cabo Camata, José Carlos Gratz e Luciano Cortêz conseguiram obstruir a votação do regime de urgência utilizando todo o tempo destinado à aprecia-

ção dos expedientes. Não surtiram efeito as manifestações pró-Região Metropolitana de Vitória, patrocinadas pelos representantes das comunidades que acompanhavam a sessão. Até mesmo a proposta de adiar o plebiscito para 21 de abril do próximo ano, cogitada pelo presidente da Famopes (Federação de Associação de Moradores), Paulo Mattedi, conseguiu persuadir os deputados a permitirem a votação do projeto de decreto legislativo.

Hoje o presidente Valci Ferreira poderá convocar os parlamentares para uma sessão extraordinária no final da tarde para votar o projeto, caso o grupo de deputados contrários à criação da RMV tenha novamente êxito nas obstruções das votações. Na avaliação de Valci Ferreira "está faltando conversações entre os prefeitos dos cinco municípios da Grande Vitória e os deputados" para acabar o impasse em torno da criação da Região Metropolitana, defendendo ainda o adiamento da data da realização do plebiscito, previsto no projeto original para o dia 3 de outubro. O deputado Luciano Cortêz, por sua vez, informou ontem que, em contato com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Arione Vasconcelos, obteve informações de que tecnicamente será impraticável a realização do plebiscito junto com as eleições municipais.



As árvores, com muita raiz, foram malplantadas, junto a residências

Foto de Ailton Lopes